

34° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST 14: Ideologias do desenvolvimento, sujeitos sociais e conflitos socioambientais

**MADEIRA SEM LEI: MEMÓRIAS DE UM
CONFLITO FUNDIÁRIO NO PARANÁ**

Dibe Salua Ayoub

UFPR

O conflito fundiário em Pinhão

Localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, o município de Pinhão é destacado, nas narrativas de seus habitantes, como terra onde um dia houve madeira em abundância e lugar de bastante violência. Rodeado por grandes florestas de araucária e imbuia, o município é palco de um conflito de terras iniciado no final da década de 1940, quando as Indústrias João José Zattar S/A se instalaram no local. Sua intervenção sobre o território de Pinhão foi bastante intensa, já que não só obteve um terço da área total do município¹, como fechou com portões o acesso a bairros da zona rural, num espaço que a firma chamou de Zattarlândia, reduto particular da empresa e de seus empregados. Ao longo da década de 1980, a madeireira passou por um período de decadência. Foi também nesse momento que habitantes do interior do município, os quais haviam sido grilados pela indústria e sofrido intimidações diversas para deixarem suas terras, organizaram-se politicamente para divulgar e levar adiante sua luta contra os abusos sofridos. Assim, em 1987 foi criada a Associação de Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), e em 1992, criou-se o Movimento dos Posseiros de Pinhão.

As pessoas que vivem nessas áreas são, em grande parte, faxinalenses. Apesar de termos encontrado alguns documentos e inventários que apontam para os originais proprietários de terras em Pinhão, a maioria das famílias que ali residem não possuem os títulos de suas propriedades rurais. Por isso mesmo, eles se auto-denominam “posseiros”. Quando a madeireira Zattar chegou no município, a estratégia de seus administradores foi de, inicialmente, comprar os pinheiros que estavam nas áreas de faxinais. A biografia de Miguel Zattar, intitulada “Madeira de Lei”(2008), informa que, quando seu pai, fundador da empresa, morreu, possuía sete mil escrituras de terra. Segundo informantes, a obtenção dessa quantidade de alqueires foi possível porque os contratos de venda de pinheiros eram na verdade contratos de venda das terras. A população, que naquela época era de maioria analfabeta, assinava contratos confiando que estava vendendo árvores, mas na verdade estava abrindo mão de suas propriedades. Esse processo de grilagem, através da assinatura de contratos, persistiu desde a década de 1950 até finais da década de 1980. Guardas armados da madeireira, os “jagunços”, iam com frequência às casas

¹ A empresa possui em torno de 30.000 alqueires paulistas de terras em Pinhão.

das pessoas para pedir que elas assinassem os contratos de arrendos e vendas de pinheiros. Além disso, esses homens armados costumavam queimar paióis, bloquear estradas, matar criações e conta-se, também, que mataram muita gente.

Atualmente, o município possui diversas frentes de luta pela terra. Há posseiros que buscam sua regularização fundiária via usucapião. Por outro lado, há também o esforço da Associação local em negociar áreas de assentamento junto ao INCRA. Uma terceira frente de regularização do território compreende os povos faxinalenses que reivindicam o estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável em suas terras. E, por fim, a região é marcada pela presença de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os quais apresentam propostas distintas de ocupação e de aproveitamento da terra.

Além disso, muitos filhos de posseiros que não possuem terras regularizadas estão nos acampamentos do MST e do MPA. É comum encontrar posseiros que dizem ter participado desses movimentos sociais, ou que fazem acordos com eles – tanto em termos de concessão de terras para os acampamentos, quanto em termos de negociação política. Outro aspecto a se destacar, nesse quadro, é que ex-funcionários da Zattar também integram o coro em prol da redistribuição das terras que supostamente pertencem à madeireira. Grande parte desses sujeitos ficou sem emprego e sem terra, quando a firma entrou em decadência. Finalmente, há os “vindouros”, pessoas de outros lugares, em especial do Rio Grande do Sul, que compraram, na década de 1980, terras de Zattar em Pinhão. Porém, como as terras que a madeireira vendia estavam hipotecadas, não havia como registrá-las, e os compradores ficaram sem seus títulos. Foi assim que alguns desses vindouros se tornaram posseiros.

Cabe ressaltar que, embora seja possível distinguir essas diferentes frentes de luta pela terra, as pessoas transitam por elas ao longo de sua história. Há sujeitos que, ao mesmo tempo que possuem processos de usucapião em andamento na justiça, reivindicam o estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável em suas terras. É possível, então, afirmar que não há uma distinção óbvia entre posseiro e faxinalense. Enquanto “posseiro” é a categoria utilizada para definir o sujeito que não tem a terra titulada, o termo “faxinalense” remete ao indivíduo ou grupo que vive no faxinal, apresentando um modo específico de territorialidade. Ou seja, é possível ser

ambos ao mesmo tempo, ou se perceber como exclusivamente um ou outro. Nesse sentido, posseiro e faxinalense são também categorias de auto-definição em constante construção.

Embora de grandes proporções e de impacto significativo para a região em que se insere, o conflito de terras no município de Pinhão ainda é pouco conhecido no estado do Paraná. Tive acesso a essa realidade através do Projeto Memórias dos Povos do Campo, criado em 2008 e integrado por professores da UFPR, UEM e UNIOESTE, e por um historiador do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do estado do Paraná (ITCG). Em abril de 2009, fomos à Pinhão, onde fizemos o primeiro contato com a AFATRUP e com os posseiros, guiados pelo nosso colega do ITCG que já havia tomado conhecimento da luta por terras na região. Em agosto de 2009, numa visita à Curitiba, o Presidente e o advogado da Associação se reuniram com alguns integrantes do Projeto Memórias e solicitaram ao Departamento de Antropologia da UFPR a elaboração de um estudo antropológico sobre os posseiros e faxinalenses de Pinhão.

Esse pedido se relaciona diretamente com os objetivos políticos da AFATRUP, que, atualmente, negocia junto ao INCRA a criação de assentamentos em Pinhão, os quais são percebidos como uma das possíveis soluções para o conflito de terras que ocorre no município. Segundo o Presidente e o advogado da Associação, a sugestão do estudo antropológico partiu de reuniões realizadas com o INCRA, nas quais os representantes da AFATRUP levantaram a necessidade de que os projetos de assentamento levem em conta a especificidade da ocupação territorial local, e nesse sentido, o modo de ser e de viver dos pequenos produtores de Pinhão. Para tanto, é preciso também considerar todo o processo histórico no qual se insere essa população local, marcada pelo conflito com agentes do avanço desenvolvimentista no campo, dentre os quais a empresa madeireira Indústrias João José Zattar S/A possui a maior relevância, já que é percebida, no município como um todo, como a grande responsável pelos problemas fundiários existentes nessa localidade.

Dentro desse campo de luta fundiária, situa-se minha pesquisa de mestrado, a qual faz parte do estudo antropológico requisitado pela Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão ao DEAN/UFPR². A intenção do trabalho aqui

² Esse trabalho é atualmente realizado pela Prof^a Dra. Liliana Porto e por mim, sua orientanda de

apresentado é contrastar narrativas locais sobre o processo de expropriação vivido pelos posseiros faxinalenses de Pinhão, com os dados levantados por Monteiro (2008) em sua biografia acerca da vida e obra de Miguel Zattar e com algumas fontes históricas sobre a região. As bases da argumentação foram geradas a partir de pesquisa documental realizada no ITCG ao longo do segundo semestre de 2009, e de um mês de trabalho de campo já realizado em Pinhão³. Através das memórias da população, é possível perceber as características da ocupação territorial do município, e o impacto que a inserção da empresa gera sobre a estrutura fundiária, o ambiente e a sociabilidade local.

A análise dos relatos tem como base teórica o diálogo entre a antropologia e a micro-história. Nesse sentido, as narrativas orais são percebidas como processos criativos, que se constroem através do tempo, expressando relações de poder e uma visão de mundo específica, mas que, justamente por existirem no tempo, são contextuais e abertas (Fabian, 1998). Além disso, ao dar atenção à maneira com que as situações concretas são encadeadas, a etnografia pode revelar tanto os diversos campos de discurso existentes em determinado domínio, quanto perceber os processos através dos quais os acontecimentos são construídos. Para isso, a análise tem como primeiro objetivo compreender o sentido imediato do enunciado. A partir deste, outras interpretações podem ser realizadas, pelo alargamento do contexto de enunciação. É também nesse sentido que o presente histórico “se decompõe em realidades sociais articuladas no tempo; assim são restituídas as situações no interior das quais os indivíduos reorganizaram sua experiência e fizeram valer sua estratégia própria(...)” (Bensa, 1998, p.52). Destaca-se então, que as pessoas com quem conversamos estão inseridas num amplo quadro de luta pela terra, e que seus relatos sobre o passado dizem respeito à maneira com que compreendem sua situação presente.

Enfim, os estudos focados num nível mais “micro” podem revelar “processos, regras de enunciação, faculdades de comunicar cuja lógica não é irredutivelmente específica dos contextos, mas se encontra e também age em outros lugares” (ibid, p.75). Nesse sentido, o processo de violência e expropriação vivido pelos moradores da zona rural de Pinhão revela dinâmicas que são típicas do avanço das frentes

mestrado.

3 O trabalho de campo ainda está em andamento, devendo ser concluído no início de 2011.

desenvolvimentistas no campo, e que marcam o meio rural brasileiro ao longo do século XX.

O Processo de Expropriação

Quando João José Zattar instalou a primeira serraria de sua empresa em Pinhão, em 1949, as terras do município já se encontravam amplamente povoadas. Na década de 40, Pinhão – então chamado de Vila Nova do Pinhão - era ainda Distrito do município de Guarapuava. Tinha como maior característica de sua ocupação territorial as terras de faxinais. Soma-se ao *faxinal* a predominância da *posse* como modo de domínio do território. Havia também uma série de herdeiros de antigos latifúndios, os quais, com o passar das gerações, foram sendo cada vez mais desmembrados entre as famílias. Essas terras herdadas tornavam-se, muitas vezes, terras de *posse*, como os próprios locais dizem, já que nem todas eram devidamente registradas em cartório. Desse modo, o termo *posseiro*, tal como o emprego aqui, é uma construção nativa, que engloba uma grande diversidade interna de pessoas e territórios. Embora possa dialogar com a descrição de posseiro feita por Queiroz (2009, p.63), segundo a qual estes seriam sujeitos que “se estabelecem em terras ainda não aproveitadas, quer de proprietários, quer do governo”, e que “estão sujeitos à expulsão quando surgem proprietários com títulos verdadeiros ou falsos”, a categoria *posseiro*, em Pinhão, é de cunho político-organizativo, e de grande abrangência. Ela é acionada, em termos gerais, para indicar o sujeito que não possui terras regularizadas segundo os preceitos legais, mas que é reconhecido como proprietário legítimo em termos locais.

Muitas dessas posses e antigas propriedades participavam do sistema de faxinal, amplamente difundido em Pinhão, assim como em toda a região Sul e Central do Paraná. Ao se perguntar para um nativo o que é um *faxinal*, é bastante comum que ele aponte para as áreas de mata de araucárias. É nesse ambiente de floresta que as pessoas constroem suas casas, criam seus animais à solta, e de onde extraem erva-mate e pinhão. Não são, portanto, terrenos onde existem campos de pastagem, mas extensões de mata, em meio a qual o gado pasta e se alimenta dos frutos da vegetação. Antigamente, essas áreas eram abertas, não havia cerca em volta dos terrenos. Foi com a inserção dos de

fora, identificados com a empresa madeireira, que os faxinalenses dizem ter começado a cercar suas terras de habitação.

O sistema de faxinal pressupõe uma ocupação descontínua do território, já que compreende faxinais, e *terras de cultura*, também chamadas de *terras de planta*, as quais são distintas das áreas de moradia. Localizam-se em regiões de serra e de beira de rio, onde a vegetação é de capoeira, sendo mais propícias para a agricultura, por terem uma cobertura vegetal menos densa. Algumas famílias possuem áreas de lavoura a quilômetros de distância das de moradia, outras, mais perto. Nelas, as culturas mais comuns são as de milho e de feijão. Contam os moradores da região do Faxinal dos Ribeiros que antigamente havia uma cerca, que se estendia por quilômetros de distância, dividindo o faxinal das terras de cultura, como se observa no seguinte trecho de entrevista transcrito:

D. Joana: Enquanto o velho era vivo, o velho trabalhava nos paiol. Lá no Lajeado Feio. Ele trabalhava lá nos paiol. Então quando era tempo de colheita, ele me pnhava na garupa do cargueiro, e nós ia tudo pro paiol. Longe, estrada ruim. Mas iam. Colher feijão, colher milho. Daí traziam de lá.

P: Ficavam quanto tempo no paiol?

D. Joana: Nós ficava a semana inteira, vinha no fim de semana, porque eles tinham criação.

P: Ah, mas eles tinham casa aqui e o paiol lá no Lajeado Feio.

D. Joana: É sim. Daí vinha de lá o mantimento, ia cargueiro de feijão pra malhar ali. Eles traziam uns quatro, cinco cargueiros. (...) Naqueles tempo os cargueiros de feijão eram os feixes de feijão que vinham amarrados por cima, na cangaia, eram uns feixes de feijão (...).

P: Eles iam plantar lá no Lajeado Feio porque a terra aqui não era boa pra lavoura?

D. Joana: Não, era dividido, não era assim como, era dividido.

P: Como é que era?

D. Joana: Lá no Avencal tinha uma cerca. Tinha uma cerca, que vinha não sei da donde. Então aquela cerca varava, ia embora, se perdia do faxinal. Dali pra cá era criadouro, e dali pra lá era terra de planta. Daí era dividido lá, tinha um portãozão.

P: Então as casas eram dentro do faxinal?

D. Joana: Eram no faxinal. E tinha terra de planta. Pra lá daquela cerca não tinha criação, só as planta. Daí eles compravam aquelas propriedade lá embaixo, eles tinham aqueles paiol lá embaixo

O relato de D. Joana⁴, senhora de 72 anos, remete à década de 40, e indica como a divisão territorial e a produção se davam nessa época. Embora a cerca que dividia o *faxinal* das *terras de planta* não exista mais, esse modo de apropriação do território ainda

4 Todos os nomes aqui empregados são fictícios.

é comum. Nas terras de cultura, os faxinalenses costumam construir paióis, onde residem em períodos específicos do calendário agrícola, e armazenam sua produção, amplamente utilizada para o consumo das próprias famílias. Próximo à residência também possuem pequenas hortas, nas quais cultivam legumes e vegetais. Tanto as áreas de *faxinais*, hoje divididas entre as famílias, quanto as *terras de cultura* costumam medir entre 5 e 10 alqueires paulistas.

Tendo em vista essas características do sistema de faxinal, é possível ampliar as definições mais difundidas no meio acadêmico, que tomam a noção de “criador comum”, como fundamental para compreender esse modo de territorialidade⁵. Acaba que o faxinal é percebido mais em função da criação de animais em terras de uso comum, do que como um sistema complexo onde, no caso de Pinhão, o extrativismo ocupa um lugar fundamental na economia dos povos posseiros faxinalenses, e a agricultura é realizada em terrenos muitas vezes descontínuos das terras de habitação das famílias. Nesse sentido, os trabalhos de Galizoni (2007) e Arruti (2007), trazem-nos um importante contraponto teórico para pensarmos no próprio sistema faxinal. Ambos os autores, em seus universos específicos de pesquisa – Galizoni no Vale do Jequitinhonha, Arruti no Cangume – percebem a existência de posses descontínuas no território dos grupos estudados. Classificado segundo suas características ambientais, o território é dividido em várias partes, que são ocupadas de forma distinta: como terra de lavoura, de residência, de criação, de sertão. Da mesma maneira, em Pinhão essa discontinuidade da ocupação territorial é um dado bastante significativo, o qual permite compreender tanto a abrangência do sistema de faxinal, quanto os meandros do próprio processo de expropriação vivido por essa população.

Antes de estabelecer suas serrarias em Pinhão, João José Zattar já praticava a atividade madeireira em municípios próximos à Guarapuava. Foi incentivado por outros empresários, próximos à sua família, a estender seus negócios à região de Pinhão. Através do século XIX, a madeira e, mais especificamente, o pinho, havia se consolidado como um dos principais vetores da economia paranaense. E a extração de araucária e

5 A coletânea “Terra de Faxinais” (Almeida et Souza, 2009), nesse sentido, traz um amplo levantamento dos territórios faxinalenses do Paraná. No texto “Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná”, Roberto Martins de Souza propõe diversas categorias de faxinais, tomando como central a noção de criador comum, definindo diversas variações do mesmo. O autor amplia o entendimento acerca do compáscoo, ao mostrar que esse é readequado segundo regras locais e situações específicas.

imbuia persistiu no topo das atividades geradoras de riquezas para o Paraná, no início do século XX. Em 1939, a madeira liderava as exportações brasileiras, seguida pelo café e pela erva-mate. Posteriormente, ao longo da década de 50, Guarapuava consolidou-se como um dos principais centros madeireiros do estado do Paraná, feito para o qual, sem dúvida, as serrarias construídas por João José Zattar em Vila Nova do Pinhão⁶ tiveram grande importância. Hoje, são as grandes plantações de grãos, cultivadas nas terras de onde se tirava a madeira, que fazem de Guarapuava um importante centro da economia paranaense.

Em sua obra sobre Miguel Zattar, herdeiro de João José e personalidade de destaque na história dos grandes empresários paranaenses, Nilson Monteiro (2008) relata que, vindo de Fernandes Pinheiro, João José Zattar teve que atravessar o Rio Pinhão de balsa, montado num burro, e carregado de mantimentos e utensílios. Sobre quem o acompanhava nesta empreitada, não temos nenhuma pista nesta obra, de caráter biográfico e jornalístico e que, segundo seu autor, pretende ser um trabalho de micro-história. Também não se sabe ao certo em que ano se dá a chegada de Zattar em Pinhão, mas pelas informações que o autor disponibiliza, presume-se que tenha sido por volta de 1943.

Monteiro conta que João José comprou, nos anos 40, em Vila Nova do Pinhão, “nacos de terra com pinheiros em pé” (ibid, p.38). De acordo com o autor, depois de cinco anos abrindo estradas e enfrentando os moradores locais, João José instalou a serraria São José, inaugurada em 1949, na localidade de Boi Carreiro, onde construiu a Zattarlândia. Depois de São José, o empresário adquiriu 150 alqueires para montar outra serraria, chamada de Santa Terezinha. Distantes a mais ou menos quinze quilômetros uma da outra, elas marcam o domínio espacial inicial da empresa em Pinhão. Monteiro relata que, enquanto Pinhão era elevado à categoria de Distrito Administrativo pertencente à Guarapuava, no início a década de 50⁷, João José foi comprando terras pela região, somando dezesseis mil hectares até 1957, ano de sua morte. É assim que a obra do autor aponta para uma ambigüidade que também marca as memórias dos habitantes

6 Dados históricos retirados do livro “Madeira de Lei: uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar”(2008), de Nilson Monteiro.

7 Em 1951, Pinhão foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. Até esse ano, e desde 1892, era apenas Distrito Judiciário (documento intitulado “Pinhão”, retirado do site do IBGE).

locais, entre a compra de árvores e terras por Zattar:

João José, ao longo de muitos anos, não comprara terras, mas árvores. Quando faleceu, suas árvores cobriam milhares de alqueires, parte significativa dos municípios limítrofes a Pinhão. Comprava só a madeira em pé, com contratos de exploração, que iam de trinta a sessenta anos. Ao morrer, deixou para seus filhos um mar de escrituras de compras, entre árvores e retalhos imensos de terra. Mesmo depois de seu falecimento, este mar foi reforçado com outras compras feitas por seus herdeiros, chegando a sete mil escrituras. Ele havia consolidado uma empresa de porte vultuoso, com ativo imobilizado de dezesseis mil hectares em terrenos rurais, várias serrarias, renome internacional e significativa carteira de clientes. (Monteiro,2008 p.58).

Assim, a história da relação de João José Zattar com a madeira começa com a compra de pinheiros em pé. Entretanto, como o próprio texto de Monteiro destaca, ao adquirir árvores, Zattar estava também adquirindo terras. Esse processo, que de forma alguma fica claro na obra sobre Miguel Zattar, é bastante destacado pelos antigos habitantes de Pinhão. Um deles, morador de uma área próxima à Zattarlândia, relata que seu pai comprou suas terras, em 1942, de um casal do local. Estes lhe venderam 10 alqueires, e ficaram com o resto do terreno, de 55 alqueires, que foi aos poucos sendo grilado pela empresa. Anos depois, um intermediário das Indústrias Zattar procurou o casal, para comprar pinheiros deles. Analfabetos, eles assinaram o contrato de venda de árvores e, em 1961, a empresa os expulsou das terras. O casal saiu, segundo o senhor que nos relatou esse fato, sem tentar reagir. Ele afirma ainda que esse mesmo processo foi realizado contra várias famílias da localidade de Boi Carreiro, ainda na década de 50.

Esse relato da expulsão de antigos habitantes que haviam vendido as árvores de suas terras, através de contrato com a madeireira, é bastante comum ao longo de todo o município. Percebe-se, no relato desse senhor, que a confecção de contratos de vendas de árvores e sua negociação, através de intermediários do local, conhecidos das pessoas a quem os contratos se destinavam, é um dado do processo de expropriação que remonta ao início da instalação da empresa. Assim, o período do estabelecimento das serrarias da Zattarlândia é o marco inicial da temporalidade do conflito, que mais tarde se tornaria generalizado por todas as partes de Pinhão. É nesse tempo, entre o final da década de 40 e o início da década de 60, que as ações de violência e expropriação, identificadas pelos habitantes da região com as Indústrias Zattar, têm início. Da mesma maneira, é preciso

pensar na espacialidade desse processo. O momento de criação da Zattarlândia é aquele em que o conflito se dá em torno do distrito do Bom Retiro⁸, ou seja, das imediações das serrarias Zattar. Aqui, um antigo morador se lembra de vizinhos que tiveram que deixar suas terras ainda na década de 50, devido às pressões da empresa. Na década de 70 o conflito começa a se ampliar para outras áreas da região, segundo a expansão desejada pela própria madeireira, que chegou a possuir em torno de 30.000 alqueires paulistas de terras no município de Pinhão, o equivalente a um terço do território do mesmo.

De acordo com muitos dos que viveram o conflito com a Zattar, a assinatura de contratos por parte de pessoas analfabetas, as quais, portanto, não sabiam o que estavam assinando, é ressaltada. Esses contratos vinham quase sempre através de gente conhecida daqueles a quem se destinavam. Esses intermediários, fossem parentes e compadres, fossem vizinhos ou conhecidos mais distantes, tratavam de convencer as pessoas de que elas estariam melhor se assinassem os papéis. Por outro lado, há também a lembrança de que esses contratos eram trazidos por guardas armados da madeireira, localmente conhecidos como jagunços. Grande parte desses guardas era oriundo do próprio município. Assim, é comum, quando se ouve histórias sobre as famílias, que surjam relatos sobre o parentesco com esses guardas armados, o que é um dado bastante significativo.

Os jagunços são marcados nas memórias da população local como os responsáveis pela queima de casas e de paióis daqueles que a madeireira tentava tirar das terras. Também organizavam tiroteios contra as casas das pessoas, e tocaias em estradas, a fim de assassinar o sujeito que não queria deixar suas terras, ou não se sujeitava aos contratos que a empresa fazia a população assinar. Nesses embates com jagunços, há diversas histórias de assassinatos, tanto de posseiros, quanto de guardas da empresa. Histórias de crianças que morreram queimadas em paióis também são lembradas.

Seu Marcelino, figura bastante conhecida no local, relata, numa entrevista gravada, quando seus problemas com a empresa começaram, e como foi o processo de expropriação:

Aqui desde 70 (*ele tem problemas com a Zattar*). O problema é por causa dos jagunços, nós não podia plantar, nós não podia fazer nada, eles iam

⁸Bom Retiro, Boi Carreiro, Poço Grande, Faxinal dos Silvérios, são os nomes dos “bairros” vizinhos à Zattarlândia.

espremendo tudo, fazendo contrato, e daí no primeiro ano fizeram contrato por um ano, depois no segundo ano por dois, e foram indo, por três. Daí quando chegou nos três anos eles queriam fazer contrato por cinco anos e o povo começou a reminar⁹(...) O contrato é o seguinte, eles queriam ser donos da área mas não tinham documento legal. O João José Zattar queria ser dono. Então eles queriam ser donos e o povo era muito mais velho que eles (...). Eles queriam ser donos e daí começaram a fazer contrato. Eu era contra (...). (Seu Marcelino, 70 anos).

Nota-se que o contrato, na visão de Seu Marcelino, é tido como uma maneira encontrada pela empresa para tornar-se dona das terras. A partir de outros relatos, percebemos que esses contratos eram também de arrendamento e de “meia”, de modo que as pessoas que os assinavam deveriam entregar uma determinada porcentagem de sua produção – algo em torno de 30% - para os guardas da Zattar. Assim, os contratos diziam respeito não só à venda de árvores, mas também ao uso das *terras de planta*. Quem não assinava sofria constantes atentados – como tiroteios e queimas de casas - para que deixasse suas terras, como é o caso do senhor acima citado. Sob as ameaças da jagunçagem, Marcelino deixou sua mulher e filhos ainda pequenos na terra visada pela Zattar, e foi trabalhar numa firma fora de Pinhão. Conta que, com a inviabilização da produção, que não podia ser feita já que os guardas da empresa ou destruíam os paióis ou confiscavam os produtos, teve que sustentar sua família através do trabalho assalariado. Outros aspecto destacado por esse senhor é a inexistência de cercas no Faxinal dos Taquaras antes da entrada dos “de fora”. Segundo ele, foi a vinda desses forasteiros que fez com que os posseiros comessem a cercar suas terras. Marcelino foi uma das únicas pessoas nessa área que não assinou o contrato com a Zattar. Ele conta que quando *o povo* não queria assinar o contrato, os jagunços promoviam ações para expulsá-los. Outra fala que aponta para isso é a de Dona Joana que, viúva, teve de enfrentar as ameaças contra ela e seus filhos pequenos:

Eles (a empresa Zattar) chegaram e já queriam que aquela terra fosse deles. Que era pra nós sair (...). Jagunço é como um, um polícia. Ele chega, manda e faz o que o chefe mandou (...). Eles andavam a cavalo. Armados (...). Daí chegavam na nossa casa e queriam que a gente assinasse de qualquer jeito o contrato. Nós não quisemos. (Dona Joana, 72 anos).

⁹Reminar, ou arreminar, é uma palavra de uso corrente na região. Significa embravecer-se, chatear-se, indignar-se.

Nesse mesmo ano, essa senhora teve de ir a uma localidade distante de onde morava, para ajudar uma grávida. Como não havia com quem deixar suas crianças, teve de levá-las com ela. Conta que no dia seguinte, quando chegou, encontrou somente as cinzas de sua casa. *Queimaram tudo, mantimento, feijão, roupas, as latas de banha que eu tinha, tudo, não sobrou nada.* Isso aconteceu por volta de 1973. Outra narrativa que fala das estratégias dos jagunços é a de José, uma das lideranças do Movimento dos Posseiros:

Em alguns lugares eles (os jagunços) iam e amarravam os bois e puxavam, era direto (...). Atiravam fogo. Aqui eu vi muito, as pessoas estavam secando erva pro chimarrão, era esse o sistema, e eles chegavam e queimavam a erva das pessoas (...). E aí eles mudavam a estratégia, quando uma não funcionava eles montavam outra. (José, 40 e poucos anos).

O próprio texto de Monteiro traz informações sobre a pistolagem que existia por trás da empresa madeireira. “A violência dá frutos na terra” é o nome do capítulo onde o autor trata desse tema. Aqui, Monteiro fala de Pinhão como um lugar violento, e cita os bailes, nos quais sempre “saía tiro”, conforme diz Eurides, um dos primeiros funcionários de Zattar. Afirma que as “carreiras”, corridas de cavalos, eram a principal diversão dos homens de Pinhão, e que as brigas de facão eram comuns tanto nesse ambiente quanto em jogos de cachola. Enfim, acompanhando a lógica deste capítulo, percebe-se que primeiro o autor fala de como havia um estado de violência generalizado em Pinhão, onde “famílias se matavam, no tiro puro”, para depois falar do uso da violência pela Zattar – como se esta fosse imprescindível para a “defesa” para a empresa:

Dalmo Pinto Portugal, casado com Gilda, sobrinha de Osires, e que viveu por um bom tempo em Pinhão, conta que mandava consertar as armas dos jagunços ou dos vigias das fazendas dos Zattar. Ele lembra que não cobrava nada pela munição, pelos consertos das espingardas, revólveres, Winchester, entre outras. “Esse pessoal que ficava no mato tinha que ter arma. Cada um tinha sua própria arma”, conta Dalmo. E acrescenta, deixando à mostra o perfil árido deste território: “Eu conhecia todo mundo, dos mais velhos aos mais novos, os maiores pistoleiros, os maiores jagunços, conhecia todos. Toda vida me respeitaram, eu sabia levar os caras. Tratava o pessoal muito bem. Quando era pra ser rígido eu era. E tinha capacidade de fazer isso”. (ibid, p.61)

Assim, a utilização de funcionários armados era uma das estratégias usuais da

madeireira para ampliar e consolidar seu patrimônio em Pinhão, sendo inclusive ressaltada na biografia de Miguel Zattar. As narrativas sobre jagunços destacam que muitos deles eram pessoas de dentro das próprias comunidades, ou seja, parentes daqueles a quem ameaçavam. Além disso, eles constituíam um corpo de funcionários devidamente contratados, que atuavam em conjunto. Nesse sentido, distanciam-se do pistoleiro anônimo, contratado para serviços em diferentes localidades, tal como demonstra o trabalho de Barreira (1998), sobre a pistolagem no Nordeste. O fato de ser o jagunço parente próximo da pessoa a quem ele ameaça implica na inserção das Indústrias Zattar num código interpessoal e cotidiano de tratamento de questões relacionadas à honra, brigas e vinganças. Desse modo, podemos dizer que a madeireira, para conseguir se estabelecer e consolidar seu poder em Pinhão, não só subordina pessoas à sua dominação, mas se insere, através desses que emprega como seus agentes de poder, numa lógica cotidiana particular de resolução de conflitos. A construção de relações com a Zattar é, nesse sentido, uma variável importante na maneira com que as famílias se definem umas às outras, até hoje. É assim que, segundo o que se percebe nos relatos e memórias narradas pelos que viveram o conflito de terras, a relação com a Zattar pode ser pensada também como parte dos processos de familiarização e desfamiliarização, como propõe Comerford (2003, p.68), que se dão no local.

Por isso tudo, a ação da empresa madeireira na sociabilidade local é marcante não só porque transforma a estrutura fundiária local e o modo de vida dos posseiros faxinalenses, mas porque transforma o estado de relações, através das alianças que os sujeitos estabelecem, ou não, com ela. Famílias que até a inserção da Zattar se consideravam enquanto tais, são, a partir da opção por estar ou não ligado à empresa, às vezes totalmente reconfiguradas. Essa reconfiguração se dá de diversas maneiras, ao longo do tempo, não produzindo resultados únicos. Às vezes, ocorre a ruptura total; em outras circunstâncias, o antigo aliado da madeireira pode reverter sua condição, e ter novamente reconhecido seu *status* de posseiro integrante legítimo da luta por terras. Disso decorre que o fato de ter tido ligação com a Zattar, enquanto empregado, comprador de terras, ou morador da Zattarlândia, não implica necessariamente na exclusão do sujeito das categorias políticas de luta por regularização fundiária, como “posseiro”, “faxinalense”, ou “sem-terra”. Os limites entre opressor e oprimido, da

mesma maneira, não estão dados, mas são constantemente feitos e desfeitos, num processo onde as pessoas podem mudar de categoria a qualquer momento, segundo o estado das relações sociais e os acontecimentos.

A obtenção de terras através de contratos de vendas de árvores é o mais ressaltado na lembrança dos moradores do local quando perguntados sobre como a empresa se tornou proprietária de terras em Pinhão. Mesmo assim, há aqueles que acreditam que a Zattar obteve terras através de uma concessão feita pelo ex-governador Moisés Lupion¹⁰. No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem essa informação. Por outro lado, a prática da grilagem de terras é um marco da história agrária do Paraná. Em seu estudo sobre a Revolta de Porecatú, Priori (2000) discute a história de alguns dos vinte grandes grilos identificados no Estado, entre as décadas de 20 e 30 do século XX. Somente em Guarapuava, havia mais de três milhões e meio de hectares de terras em litígio, por conta de grilos, em 1930. Priori discute a história de alguns desses grilos, os quais giravam em torno da falsificação e queima de documentos, com a conivência dos cartorários do município. Pode-se dizer que, quando a madeireira se insere na região, a grilagem já é uma prática comum de obtenção de terras em todo o Paraná.

Além disso, diversos relatos dos posseiros de Pinhão apontam para o fato de que muitas pessoas, desde pequenos até grandes proprietários, realmente venderam suas terras para a Zattar, ao longo dos anos em que a empresa se desenvolveu. É comum ouvir histórias acerca de pessoas que venderam suas terras para irem morar e trabalhar na Zattarlândia, em troca de salário. Outras, por sua vez, deixaram suas terras, mediante as queimas de suas casas e ameaças dos guardas armados. E muitas outras assinaram os contratos, permanecendo nas terras e tendo que readequar suas vidas aos preceitos da madeireira, resistindo como podiam..

Há também o indicativo de que, quando chegou no município, João José estabeleceu relações com os grandes proprietários de Pinhão, que eram também os principais políticos e responsáveis pelas instâncias cartorárias locais. A vinda do empresário ao local é lembrada por Seu Carlos, antigo morador da área de Poço Grande, vizinha à Zattarlândia. Nas palavras desse senhor de 84 anos, transcritas aqui do diário que ele escreve, relatando fatos de sua vida, a chegada de Zattar em Pinhão é relacionada

10 Moisés Lupion foi governador do Estado do Paraná de 12 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, e de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961.

à figura de “Machadinho”, o Juvenal de Assis Machado, senhor que posteriormente se tornou prefeito de Guarapuava, e que possuía uma grande propriedade em Poço Grande:

O Machadinho era homem bom amigo do meu pai (...) em 1942 o Machadinho tornou-se comprador de pinheiros gigantes foi ele que trouxe a firma Zattar no Boi Carreiro Bom Retiro. Mais tarde o Machadinho mudou-se para Vila Nova hoje cidade de Pinhão-PR e em 1950 o Machadinho foi eleito Prefeito de Guarapuava pelo PTB.

“Machadinho” é lembrado por Seu Carlos como tenente do Exército. Esse homem, segundo Seu Carlos, participou da Revolução de 1930. Possuía uma grande quantidade de gado, porcos, burros e mulas, e instalou a primeira escola em Poço Grande, particular, onde Seu Carlos aprendeu as primeiras letras. Posteriormente, tornou-se prefeito de Guarapuava. Era um senhor, portanto, bastante influente na região. Se cruzarmos as informações de Seu Carlos com aquelas veiculadas por Monteiro, é possível concluir que Machadinho tenha sido um dos homens que auxiliou Zattar em Pinhão. Nesse sentido, a existência de diversas matrículas de terras ocupadas por posseiros, os quais, portanto, não possuíam os títulos regulares de suas propriedades, certamente permitiu que a madeireira adquirisse essas áreas sem grandes problemas. Pressupõe-se que o empresário madeireiro teve auxílio de pessoas que conheciam a situação fundiária local, guiando a Zattar para os espaços onde haveriam esses “vazios” de propriedades devidamente regulamentadas.

As próprias autoridades locais, como antigos delegados territoriais, responsáveis por, entre outros, fiscalizar as cercas entre o faxinal e as terras de cultura, fizeram alianças com a madeireira. Tentavam, através de sua notoriedade, convencer as pessoas de que assinar o contrato com a empresa seria algo positivo, já que se tratava de uma firma grande, que gerava milhares de empregos para Pinhão e colocava o município numa posição de destaque entre as frentes de desenvolvimento no estado do Paraná.

E foram poucas as que não assinaram. As que o fizeram, por sua vez, tiveram que se adequar às novas interdições sobre as plantações, criações e extrativismo. E mesmo as pessoas que não assinaram contrato de arrendo das terras passaram por uma série de humilhações. Um das mais comuns era o confisco da produção de erva-mate, produto que, junto à madeira, também integrava a economia da empresa. Segundo Monteiro (2008, p.58) as Indústrias João José Zattar S/A foram destacadas, pela revista “O

Cruzeiro”, nos anos 60, como a maior empresa do Paraná. Nesse período, ela já trabalhava com o beneficiamento de erva-mate. O autor ressalta que:

A inserção da empresa neste mercado, ocupando, nos anos 70, a posição de maior exportador de erva cancheada para o Uruguai, merece destaque. Assim como sua exportação para a Argentina, que em um ano chegou a comprar cem mil sacos de erva, a Zattar vendia também para o Paraguai. “Quando tínhamos o produto em nossas propriedades para vender, comprávamos para revender. Em 1970, chegamos a ter mais de duzentos mil sacos de erva-mate. Compramos da firma Guimarães e Cia.”, diz Zuzo. Não bastasse sua produção, a Zattar arrematava carregamentos vindos de Pitanga, de Prudentópolis, de Cruz Machado, de Imbituva... Nos anos 80, a empresa chegou a dar empregos indiretos para milhares de pessoas, com um número respeitável empregado nos ervais. (ibid, p. 75)¹¹

De fato, a própria Dona Joana, anteriormente citada, teve que tirar erva para a Zattar, a fim de garantir a subsistência de sua família e alguma forma de renda quando viu-se sem casa e sem terra, tendo que morar de favor na terra de parentes do falecido marido. E até hoje, na área da Zattarlândia, funciona uma cooperativa de compra de erva-mate. Houve também erveiros que venderam suas terras para a Zattar, e com o dinheiro pago, mudaram-se para outras regiões do país, como o Mato Grosso. Percebe-se então, que a empresa lucrava não só com a retirada de toras, mas era bem-sucedida também no ramo da produção de erva-mate cancheada – aquela que passou pelos processos de sapecação (torração), secagem e cancheamento (fragmentação), e que está pronta para passar para a fase de industrialização final.

A partir desse quadro inicial, é possível tirar algumas conclusões sobre o impacto da madeireira no modo de vida local, e na estrutura fundiária característica da região. Em primeiro lugar, algumas famílias optaram por vender suas terras para a Zattar e irem trabalhar como empregados na Zattarlândia. As que não vendiam, e assinavam os contratos, eram confinadas a um regime repleto de interdições: não podiam plantar, nem tirar qualquer material vegetal de suas terras, pois a madeireira passava a ser dona do que existia sobre as áreas. A queima de paióis, nas áreas de *planta*, é um indicativo da proibição da utilização das *terras de cultura*. A queima das casas de pessoas que se negavam a assinar esses contratos, como é o caso de D. Joana, é também outro lado desse processo de expropriação. Por fim, os que resistiram às ameaças dos jagunços, optaram

¹¹Zuzo, citado pelo autor, é o apelido de José Antônio Zattar, filho mais velho de João José Zattar.

por construir cercas nas áreas de faxinal, instrumentos de divisão territorial que, muitos ressaltam, não existiam antes da chegada dos *de fora*, quando tudo era *em comum*.

Por fim, a madeireira começou a vender suas terras, ainda na década de 70, para pessoas vindas de fora, chamadas comumente pelos nativos de “gaúchos”. Um dos senhores que veio a Pinhão nessa leva de compradores, já em 1986, afirma que foi instigado a fazê-lo por uma propaganda vinculada na televisão, a qual tinha como tema “compre terras no Paraná a preço de Mato Grosso”. Tendo comprado terras da Zattar, ele se mudou para Pinhão com a idéia de que ali seria um sertão, um matão despovoado. Entretanto, não foi com esse vazio que ele se deparou:

Joaquim: É, eu mesmo digamos assim não, não, no início quando a gente veio morar no Faxinal dos Ribeiros, quando eu vim pra desmatar, eu tive até em conflito com as pessoas que estavam. De repente eu dei com uma comunidade enorme, de muitas famílias, próximo de mim, é, que é no Faxinal dos Taquaras, aonde eles criavam animais soltos. Então eu particularmente estive em conflito, a gente teve alguns problemas assim, digamos, as primeiras safras que eu fiz eu não colhi quando eu fui plantar ali porque tinha os animais soltos dos outros. E aí a gente começou a entrar em conflito com eles, eu queria colher e eles queriam criar. A gente também foi...

P: E pra eles aquela não era terra de cultura, então?

Joaquim: Isso, e isso demorou, pra mim demorou um pouco cair, isso eu procurei lei, a lei me deu cobertura porque eu era proprietário da área, eu tinha o direito de plantar e produzir, eles não tinham o direito de criar solto. Mas de repente fui ver que eles eram em dezenas de famílias, que eram posseiros e viviam naquele sistema. E aí eu, é, começou me cair que pra mim principalmente eu tive a consciência de que eu estava errado. E que eu teria que me adaptar ao sistema deles porque seria eu contra um monte de gente que já viviam naquele sistema, lógico que um sistema diferente que eu fui criado. Eu até absolvi um pouco isso mas os demais não né. Então eu, houve o conflito tanto que foi praticamente proibido criar, fazer em faxinais, por causa dos vindouros que vieram, desmataram, mecanizaram e produziam grãos. Que quem veio de fora não veio com a idéia de preservar a mata, viver do extrativismo, da erva-mate ou do carvão ou um algo assim. Eles vieram pra produzir grãos, pra produzir grão eles tinham que desmatar. Aí lógico daí deu esse início de conflito e eu vejo assim, que perante a lei os, quem saiu perdendo foi os que moravam, os posseiros de faxinais, porque eles praticamente foram quase que proibidos assim criar abertamente como criavam antigamente. Criam-se sim hoje, mas é mais num espaço delimitado assim, onde as famílias ainda aceitam essa, essa cultura de, de faxinal; então na época houve conflito e tanto é que a produção da, das famílias que vieram de fora, tinha que ser respeitada e que ninguém poderia mais criar animais soltos, então ficou mais restrito ainda (...).

Como afirma o senhor Joaquim, ele teve que se adequar ao sistema de faxinal, já

que percebeu que se não o fizesse, criaria conflito com centenas de moradores locais. E como ele mesmo disse, as pessoas que compraram as terras da madeireira e se estabeleceram em Pinhão tinham projetos que contrastavam com o sistema básico de ocupação territorial pelos nativos. A partir de sua fala, percebemos como a criação de animas à solta sofreu grandes restrições após a vinda desses moradores de fora. Mas há um agravante que esse trecho transcrito não nos conta: as terras vendidas pela madeireira estavam, na época, penhoradas e, portanto, não eram passíveis de venda e, muito menos, de titulação pelos compradores. Com isso, o próprio Joaquim se tornou um posseiro, sendo hoje o Presidente da AFATRUP.

Zattarlândia

O fato é que a inserção de Zattar é um marco no desenvolvimento de Pinhão. Ao se olhar mais atentamente para a história da emancipação do mesmo, que se deu em 1964, é possível estabelecer a relação entre este evento e a própria madeireira. A vinda de Zattar para Pinhão marca o início de uma mudança na própria infra-estrutura de acesso ao então Distrito de Guarapuava. E a instalação das serrarias atraiu uma grande massa de migrantes vindos não só de outras regiões do Paraná, como também principalmente do Sul, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Somados às pessoas que eram de Pinhão e/ou que já moravam em torno da Zattarlândia, formaram uma grande massa de trabalhadores que ocupava aquele espaço através das relações estabelecidas com a firma. E foi assim que essa localidade, que é lembrada como uma pequena cidade em meio às florestas de Pinhão, cresceu junto com a exploração de madeira.

Zattarlândia teve seu esplendor entre as décadas de 60 e 70, quando João José Zattar já havia falecido e Miguel Zattar, filho do empresário, estava em seu comando. Nessa época, a vila da empresa Zattar contava com casas para seus empregados, escola, armazéns, igreja, um hospital e um cinema improvisados e um clube. Nas memórias daqueles que passaram por ela, a Zattarlândia chegou a abrigar milhares de empregados dentro de seus cinco portões. Há inclusive uma linha de ônibus que liga Guarapuava à Zattarlândia, desde o período áureo da empresa. Embora hoje o distrito tenha retomado o nome de Bom Retiro, original nome dessa área, a linha de ônibus ainda atende pelos

nomes de Zattarlândia, ou Zattar.

Rosana, senhora que hoje mora na cidade de Pinhão, mas que viveu sua infância em torno de Zattarlândia, era filha de um senhor que trabalhava de “empreito” para a Zattar. Seu pai “parava” nas terras de um fazendeiro, e com o trabalho realizado na Zattar, e nas lavouras de outros grandes proprietários da região, conseguiu comprar um lote, em área de faxinal. Nesse sentido, Rosana destaca que sua família sempre teve que plantar em terras arrendadas daqueles para quem trabalhavam. Em uma conversa gravada, ela conta um pouco mais sobre como era o ambiente da Zattarlândia, e apresenta uma visão do que significava a Zattar para a região.

P: E como é que era essa coisa dos portões Dona Rosana?

Rosana: ... era a mesma coisa daqui né (da casa em que estamos). Daí tinha os portões tampando a estrada. E ali tinha a outra pessoa, que vamos supor, ali naquela casa ali. A que morava ali. Daí ali só passava do Zattar. Só entrava carro do Zattar, que fosse, ali tinha que se explicar ali, o que que tava entrando fazer lá. Era desse jeito.

P: E lá, o pessoal que morava na Zattarlândia, os que a senhora conheceu, era, era de onde assim, eles vinham de outros lugares, eram aqui de Pinhão?

Rosana: ...ali tinha gente de toda parte. Tinha de Inácio Martins, porque vinha, vinha gente até de Santa Catarina vinha gente trabalhar na, lá. Que nem o meu sogro, o meu sogro era de, de São Paulo. E veio vindo, veio vindo, veio vindo, por causa que, era uma firma muito muito famosa. E daí era uma firma muito famosa e uma firma muito grande porque daí tinha lá no Zattar lá, no Boi Carreiro, que é o Bom Retiro ali. Daí tinha firma na Santa Terezinha, ali. Tem aqui na produtora, tinha o Butiá. Esse era tudo da região do Pinhão. E de fora de, de, em Curitiba que tem, em Guarapuava eles tinham indústria. Onde quer eles tinha indústria. E tudo as indústria era desmatamento, não tinha outra coisa.

Assim, Rosana delineia a Zattarlândia como um reduto particular, onde “só passava do Zattar” e, caso o passante não integrasse o quadro de funcionários da empresa, deveria explicar-se nas guaritas, a fim de obter permissão de passagem. Por outro lado, as pessoas que lá viviam vinham “de toda parte”, guiadas pela “fama” da firma, que possuía filiais em outros municípios do Paraná. A idéia das Indústrias João José Zattar S/A como empresa bem-sucedida, ao longo da década de 60, passa a atrair pessoas de diversos lugares:

P: Do tempo da senhora o pessoal era mais de fora então?

Rosana: Era mais de fora. Tinha muita gente. E daí o pessoal foi abandonando as roça. Quem vivia da roça foi abandonando as roça, e pela própria ilusão do dinheiro, eles foram se enfiando lá.

P: E trabalhando pra empresa então?

Rosana: Trabalhando pra empresa. E lá então nunca mudamos, mas não foi que, que o meu pai nunca quis, nunca, nunca. É, ele sempre dizia "eu não vou, eu só faço serviço de empreitada, eu não vou, é morar em casa do Zattar lá, fazenda do Zattar, eu não vou. Disse "porque eu toda a vida tive a minha luta, eu gosto de lidar com as minhas criação". A gente tinha praticamente uma chacinha lá. Que daí ele fazia, nós tudo fazia serviço de empreito assim, mas morar lá ele nunca quis ir. Na sede do Zattar.

P: E a senhora tinha vontade quando era novinha?

Rosana: Eu tinha. Ih, Deus o livre! Ilusão de criança né, porque daí lá as casas eram melhor, tudo. E não tinha condição de ter uma casa boa. Tudo. E foi o que aconteceu com todos os outros onde é que nós morava. Foi isso aí. Porque daí ia passear na casa dos amigos e via uma casa mais melhor, mais bonita lá. E daí foi no que deu.

P: E daí o povo foi indo pra lá.

Rosana: É, e daí o povo foi indo, foi indo, foi indo. Porque eles ofereciam casa melhor. E daí ali o pessoal foi vendendo criação, vaca de leite, os próprios terrenos eles vendiam pro Zattar.

P: Pra poder ir lá...

Rosana: Pra ir lá.

P: E a senhora calcula que teve quantas na época mesmo?

Rosana: Na época, quando dessa época que eu era criança, lá no Zattar olha, eu, eu não sei se não teve bem umas vinte mil famílias. Porque não era só ali no Zattar. Eles tinham os florestamento longe dali. E daí tinha o pessoal do quadro do Zattar lá, só fazia compra na quinzena. Era dia de quinzena, era só a população deles ali, pro armazém. E faziam aquela comprada que... e bastante gente, não era pouca gente. Daí no sábado era só o pessoal do interior, dizia a turma do mato. Era da turma do mato. E aqueles caixeiros ali, se viam amarelo pra atender tudo aquele pessoal ali. Porque daí eles não compravam só, só mercadoria, só comida vamos supor. Eles compravam roupa, compravam calçado, compravam forro de cama. Era muito, muito divertido lá, muito bonito que era. E as casa grande, dependendo da profissão, era de acordo com a casa que morava. Se fosse marcador, ali, que tivesse uma, os motorista, eles tinham a casa maior. Pra morar com luz, tudo, água. Agora quando era descascador de tora, era turno que trabalhava, eles trabalhavam no mato né. Daí ia tudo pro, pros rancho. Os rancho era três peças, dois quartos e a cozinha só, que era tudo grande né, bem pintado. Mas luz e água não tinha, água era da mina e a luz era vela.

P: E os jagunços, como é que era a casa deles?

Rosana: A casa deles eram as casa grande. Casa boa, casa bonita. Lá era deles. E daí dependendo da profissão que tinha, é a mesma coisa de hoje, dependendo da profissão que tinha era o quanto que ganhava né. E daí faziam o serviço de empreito, que nem, o meu sogro era, descascava tora no mato, trabalhava no mato. Então cada um ganhava uma quantia né.

Rosana nos descortina, então, a própria complexidade da Zattarlândia, tanto em termos da abrangência do espaço que esta influenciava, quanto da própria divisão do trabalho e das subseqüentes categorias de trabalhadores existentes na empresa madeireira. Nesse sentido, sua descrição nos remete aos trabalhos de Palmeira (1977) e

Garcia Jr. (1990), acerca da divisão do trabalho existente na *plantation* nordestina, cuja lógica de dominação tradicional é muito semelhante ao que encontramos em Pinhão. Assim como o *morador* dos engenhos de cana do Nordeste, o da Zattarlândia também era aquele que estabelecia um contrato de trabalho com a empresa, indo residir, como Rosana aponta, dentro das casas destinadas ao quadro de funcionários. O pai de Rosana preferia trabalhar de empreito, ou seja, ganhar por tarefa, do que se submeter à Zattar como morador da Zattarlândia. Segundo ela, o argumento do pai era que ele tinha a luta dele, e que gostava de cuidar de sua criação. É nesse sentido que integrar “o quadro” de funcionários da Zattar, e ganhar uma casa da empresa para morar remete à idéia de *sujeição*, condição de existência já amplamente explorada pela literatura antropológica¹².

Além disso, é possível, a partir desse relato, apreender a existência de uma divisão das casas por tamanho e localização, segundo o trabalho e o prestígio que o morador possuía junto à Zattar. Havia o pessoal que morava “no mato”, ou seja, em áreas de desmatamento mais distantes, os quais vinham comprar mantimentos nos armazéns da Zattarlândia num dia específico da semana. Já os residentes dessa área eram diferenciados, a princípio, pelo trabalho que exerciam para o patrão, o qual determinava que tamanho teria a casa do funcionário, e qual seria seu salário. Também ganha destaque a sedução que a empresa exercia sobre os habitantes da região. A “ilusão do dinheiro” é algo que fez com que muita gente chegasse ao ponto de vender suas terras para a própria Zattar, a fim de se tornar funcionário da firma e morador da Zattarlândia, “ganhando” uma das casas da empresa. Assim, como discute Garcia Jr no contexto dos engenhos de cana no Nordeste, a dependência personalizada – que aqui se encerra na figura de “Zattar” - é possibilitada pela comunidade de interesses, em termos weberianos, que se forma nessa situação. Assim, era somente respondendo às expectativas dos moradores que o senhor ganhava legitimidade para dispor do tempo e da vida deles:

A troca objetiva toma a forma de “troca de favores”, distanciando-se das formas mercantis, onde cada parceiro participa diretamente da fixação dos termos da troca, após refletir sobre seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa; e cada ato de troca implica fluxos imediatos de bens ou serviços, em sentido bilateral, de tal forma que as dívidas mútuas se cancelam no ato mesmo da troca: “eu te dou pelo que tu me

12 O próprio Garcia Jr (1990), assim como Woortman (1990), e Velho (1995) tratam desse tema, a partir de diferentes abordagens. Em comum entre as três construções teóricas está a formulação de que a sujeição a um patrão implica na perda da autonomia do camponês, que na condição de empregado, não tem liberdade sobre o uso do seu tempo e de sua força de trabalho.

dás, tu me dás pelo que te dou”. Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quanto consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso, a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado. (Garcia Jr., 1990, p. 42)

Afrânio vai mais além, ao afirmar que a dominação instituída pela morada ultrapassa o plano da organização do trabalho, da residência e das trocas materiais no interior da propriedade. O autor afirma que, na prática, essa dominação “constitui um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social e em especial das atividades culturais” (ibid, 43). Assim, o exame da distribuição espacial das casas e construções existentes no engenho mostra que esta “materializa a hierarquia, ao mesmo tempo que contribui, por sua simples existência, para a interiorização, por cada indivíduo, das disposições mentais correspondentes à posição que ocupa neste espaço”. Ao discorrer sobre o poder exercido pelos senhores de engenho, o autor aponta que:

O que retém os *moradores* nos limites do engenho não é só a expectativa de um grito a lembrar que o *senhor* precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do *senhor*, e limita os horizontes mentais (“uma geografia mínima), desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente.(ibid, p. 46)

Da mesma maneira, a Zattarlândia também formava uma comunidade de interesses, da qual “Zattar” é o senhor, o chefe que concentra em torno de si todas as ordens, bens, construções, serrarias, e comércio dessa região madeireira. Desse modo, as narrativas dos habitantes locais sempre enfatizam a pessoa, “o Zattar”, e não a empresa em toda a sua abrangência, como figura responsável pelas coisas boas e ruins que foram geradas a partir da construção da Zattarlândia. Embora se trate de uma empresa familiar, ela dispunha de um amplo quadro de funcionários e gestores em Pinhão. Nunca fica claro, a partir das narrativas dos habitantes locais, se eles estão falando de João José, de Miguel, dos herdeiros deste, ou de algum gerente da empresa. O sentido dado à empresa, às suas benfeitorias e ao processo de expropriação sempre se remete a uma única pessoa abstrata. A eficácia dessa dominação personalizada é dada, de fato, por laços de

solidariedade que ligam os trabalhadores a esse senhor. Nesse sentido, como demonstra Rosana no trecho a seguir, esses laços vão muito além de pagamento de salários, abrangendo doações de roupas e assistência médica, por exemplo. Além disso, é possível perceber nele um pouco mais do fascínio que o empreendimento madeireiro exercia sobre a população local:

Rosana: (...)E daí o Zattar tinha pensão. Tinha, tem as casa deles lá, que eles vinham e ficavam meses lá. A mulherada com criança. Tudo ficavam lá e daí, a minha mãe queria trabalhar pra minha tia, que foi uma das primeiras fundadoras, que ela começou a trabalhar lá, de, de doméstica deles, cozinheira. Praticamente ela não era, ela era cozinheira. Que a, o resto pra arrumar tinha as outra, daí lavar a roupa tudo, daí a minha mãe era diarista da minha tia lá. E daí a minha mãe ia trabalhar lá pra minha tia, pra minha tia daí eles traziam de lá, pois era de lá de Curitiba, traziam a roupa que eles traziam e só usavam quando eles tavam ali né. Passava dali eles não usavam mais. Daí eles pegavam e deixavam tudo lá. Pra minha tia, roupa de cama, forro, tudo. Daí ela pegava e, daí minha mãe ia trabalhar pra ela, ela pegava e dava pra nós.

P: Ah, quer dizer que da outra vez eles traziam tudo novo?

Rosana: Outra vez traziam tudo novo de novo. Daí ali que a gente foi conhecer fogão a gás, instalação sanitária, tv nem lá não tinha, o meio de comunicação do Zattar com o pessoal de Curitiba era com rádio amador. Era bem, era sofrido mas era divertido. (...)

P: E como é que era lá a Zattarlândia nessa época?

Rosana: Nessa época tinha. Era muito bonito lá. Tinha farmácia, tinha açougue, tinha o armazém, tinha médico três vezes por semana, era o Dr. José Cassoli, que era o médico de, aqui do hospital velho que ia lá no, no Zattar. E o remédio tinha tudo, tudo, tudo, tudo na farmácia. E tinha um farmacêutico lá muito bom, que aquele se dissesse ó "leve pro Pinhão que não vai ter jeito aqui, leve", podia saber que trazia, fosse gente grande, fosse criança, ficava semanas internado aqui, ele tinha um bom acerto de, de remédio. Então a, o pessoal de lá só vinha pra cá é, tipo fosse mandado, vir. Daí, só que daí também quando o farmacêutico falava "ói, não tem", mas primeiro tinha que ir na farmácia lá né, "não tem jeito, você vai ter que levar", daí também dali a gente tava a farmácia que nem ali, que nem aqui já tava o escritório. Só passava ali no escritório, dizia "to precisando de um carro, que preciso sair ir pro Pinhão", já diziam "então vá pra casa que daqui a pouco já vai". E ia mesmo.

Nesse trecho, Rosana destaca que a família Zattar, em si mesma, residia em Pinhão durante um período de tempo muito curto do ano. Todas as vezes em que vinham, traziam roupa de cama nova, a qual doavam para suas empregadas quando retornavam à Curitiba. “Ali que a gente foi conhecer fogão a gás, instalação sanitária, tv nem lá não tinha”. Esses confortos modernos que exerciam fascínio sobre os moradores eram

privilégio da família do “Zattar”, e integravam o quadro de bens que, ao mesmo tempo materiais e simbólicos, expressavam e reafirmavam sua posição dominante sobre aquela população. Além de muito bonita, Zattarlândia era, pelo que Rosana nos diz, um lugar cujos moradores também possuíam privilégios, como por exemplo, o de poderem contar com atendimento médico, o qual, quando não poderia ser feito no próprio local, era rapidamente ajeitado, com o transporte do sujeito que o necessitava até o hospital de Pinhão. Fora toda essa estrutura de residências, comércio, polícia (os jagunços) e instituições como escola e igreja, a Zattarlândia também tinha moeda própria:

O barracão da serraria nasceu pelas mãos desses homens, que trabalhavam descalços. Trabalhavam por duzentos e cinquenta réis a hora, que mais tarde, bem mais tarde, virariam boró, o dinheiro que circulava nas vendas, armazém, farmácia, etc. de Zattarlândia. O boró, uma idéia de João José Zattar, considerada avançada para a época, tinha o mesmo valor de compra, um por um, da moeda então vigente, o cruzeiro. Os comerciantes, depois, trocavam na empresa os borós, com cores e valores diferentes, por dinheiro. “Ao invés de pagá-los com dinheiro, dávamos o boró. Eles iam no armazém, compravam, e o boró voltava pro escritório. Era melhor assim: um tanto em boró e o outro, em dinheiro”, diz Zuzo. (Monteiro, 2008, p.47-48)

O boró era a moeda desse empreendimento madeireiro. Através dele, podemos ver a complexidade do sistema engendrado pela família Zattar em Pinhão: além de todas as instalações já descritas, eles possuíam um sistema econômico próprio, pagavam seus trabalhadores com um dinheiro inventado por eles mesmos, o qual voltava para a empresa a partir do momento em que os trabalhadores comesçassem a gastar seus salários nos armazéns da Zattarlândia. Podemos perceber, então, que o desenvolvimento que a empresa supostamente trouxe à Pinhão, tal como descreve Monteiro em sua obra sobre Miguel Zattar, é todo baseado numa lógica tradicional, onde a dominação personalizada e o tipo específico de empreendimento é mais um modelo de colonização particular – já que é fechado por portões - e ocupação temporária do território. Mesmo assim, Monteiro argumenta que:

Era comum em toda a região madeireira uma espécie de nomadismo. Ao se esgotarem as reservas locais da floresta, a serraria era transferida para outras localidades, levando com ela a população. Na Zattarlândia, a serraria, seus equipamentos, os homens e suas famílias não só criaram uma cidade. Duas décadas depois, as raízes fíncadas em Pinhão prenunciavam sua emancipação política. Pinhão desgarrrou-se de Guarapuava e virou município em 1964. (Monteiro, 2008, p.39).

Assim, confirma-se aqui mais uma vez a ambiguidade desse empreendimento: ao mesmo tempo que trouxe a expropriação de terras, trouxe Pinhão para o mapa do Estado. Ao mesmo tempo que Zattar mandava queimar paióis, ele foi muito bom, a Zattarlândia era muito bonita. Era, de fato, porque quem a vê, hoje, não imagina o lugar descrito pelos seus antigos habitantes. De toda a estrutura, só é possível imaginar sua antiga imponência, já que são poucas as casas habitadas em meio às construções de madeira e serrarias largadas ao tempo. As estradas, por sua vez, não são mais fechadas com portões. Como Monteiro coloca, o nomadismo caracteriza as regiões madeireiras, que simplesmente decaem quando acaba a matéria-prima. Com a Zattarlândia, não poderia ter sido diferente. Embora hoje a empresa ainda exista em Pinhão, no qual possui terrenos de reflorestamento e onde, atualmente, doou cerca de quinze mil hectares para a reforma agrária, o esplendor do período de “descoberta”, podemos assim dizer, do município, não existe mais. O suposto desenvolvimento foi todo gerado a partir de uma lógica de ocupação e dominação tradicional, e se deu num espaço muito curto de tempo: na década de 1980, diversas terras da empresa estavam penhoradas, e a Zattarlândia se tornava um grande vazio. Com a falta de matéria-prima, não havia trabalho, o que fez com que uma grande massa de trabalhadores saísse de lá. Muitos deles já não tinham para onde ir, pois haviam vendido suas terras para lá residir, crenes de que aquela se consolidaria como uma grande cidade, geradora de riquezas para a sua população..

IV. Considerações Finais

A complexidade do contexto em que se dá o conflito de terras em Pinhão é algo que salta aos olhos. Embora tenhamos a madeireira como agente idealmente opressor, os sujeitos que seriam comumente considerados vítimas de sua ação, relacionam-se com ela de diversas maneiras. Alguns, como vizinhos e parentes de jagunços. Outros, como empregados da empresa. Há ainda os que relatam somente histórias de confronto, onde colocam-se como pessoas que resistiram aos avanços da Zattar, e sofreram ataques dela. Além dessa complexidade de relações com a empresa, há diferentes frentes de luta por terra dentro de Pinhão. Nesse sentido, é impossível pensar nas pessoas que passaram por situações de embate contra a madeireira como portadoras de uma identidade única. É

assim que minha pesquisa se foca nas memórias do conflito, o qual é uma vivência que essas pessoas têm em comum, e não sobre as memórias como organizadoras de uma identidade comum – pois, embora exista algo em comum, as auto-definições e inserções em movimentos sociais são diversificadas e mudam com o passar do tempo.

As narrativas do conflito em Pinhão, especialmente a memória da violência vivida, trazem à tona não somente visões parciais de diferentes situações e categorias, como apontam para um processo histórico que, apesar de ter sido vivido de diferentes maneiras, segundo os diferentes sujeitos que dele participam, é comum entre os moradores do meio rural do município. Nesse sentido, embora nem sempre o assunto sobre Zattar surja espontaneamente, a presença da madeireira e as histórias de violência marcam a localidade como um todo.

É possível, então, colocar em perspectiva as diversas facetas dessa história, na qual se destaca, por um lado, a sobreposição do discurso desenvolvimentista dos agentes da exploração de madeira a uma lógica de dominação tradicional, e por outro, o ponto de vista que aqueles que sofreram abusos possuem sobre esse processo. O argumento oficial da madeireira, onde esta se auto-denomina agente do progresso de Pinhão, objetiva-se na imagem da Zattarlândia, tida pela empresa como um local ideal, onde havia empregos, riquezas, avanços tecnológicos e toda uma rede de assistência à população. Assistência essa que é encerrada na figura de “Zattar”, senhor da fartura, latifundiário bem-sucedido que mantém ao seu redor uma série de outras instituições – como a escola, a igreja, e o comércio –, caracterizando assim a Zattarlândia como espaço de dominação tipicamente tradicional. Esse sistema instaurado pela firma tem até hoje sua eficácia na mentalidade daqueles que viveram nessa localidade, idealmente tida como um lugar muito bom de viver, sustentando a própria ambigüidade da figura do madeireiro – ora visto como alguém que foi muito bom para Pinhão, ora como alguém que trouxe desgraça para muitos. Porém, mesmo o lado positivo da figura de Zattar se restringe ao passado, a um tempo que já se foi, tendo em vista a decadência da firma nas últimas décadas. Assim, o desenvolvimento não se cumpre, e os conflitos persistem.

Por fim, os relatos daqueles que viveram a violência do processo de expropriação, e tiveram seus territórios ameaçados, apontam também para a figura “Zattar”, agora idealmente tido como agente opressor, causador do conflito generalizado que se estende

pelo município e que causa uma série de dificuldades à população local. Atualmente se negocia a criação de assentamentos, em áreas ofertadas pela própria empresa para a reforma agrária, numa negociação estratégica. Assim, o suposto desenvolvimento tem como contrapartida uma série de ações violentas, também personalizadas, que tanto mobilizaram uma série de pessoas do local que trabalhavam como jagunços para a empresa, quanto geraram marcas que se reforçam nos conflitos do cotidiano, entre pessoas que desenvolveram uma lógica própria de lidar com as constantes ameaças aos seus territórios, não somente no que diz respeito à articulação política e à negociação com esferas institucionais, mas também no seu trato umas com as outras.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. 2009. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito in: GODÓI, Emília P. et alli (org.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e categorias, vol.2.** São Paulo/ Brasília: UNESP/NEAD.
- ARRUTI, José Maurício A. 2007. “Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras – estudo de caso na comunidade do Cangume (Vale do Ribeira – SP)” in **Prêmio Territórios Quilombolas.** Brasília. MDA/NEAD. pp. 230-269
- BARREIRA, César. 1998. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BENSA, Alban. 1998 [1996] “Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas: A experiência da micro-análise.** Rio de Janeiro: FGV, pp.39-76.
- BOURDIEU, Pierre. [1972] 2002. **Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Cabila.** Oeiras: Celta.
- COMERFORD, John. 2003. **Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FABIAN, Johannes. 1998. **Moments of Freedom: Anthropology and Popular Culture.** Charlottesville: University Press of Virginia.
- GALIZONI, Flávia. 2007. **A Terra Construída. Família, Trabalho e Ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais,** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. 1990. **O Sul: Caminho do Roçado.** Brasília/São Paulo: Editora UnB/Marco Zero.
- MONTEIRO, Nilson. 2008. **Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar.** Edição do autor, Curitiba.
- PALMEIRA, Moacir. 2009 [1977]. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na

plantation tradicional in: WELCH, Clifford ^a et alli (org.). **Camponeses Brasileiros, Leituras e Interpretações Clássicas**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

POLLAK, Michael. 1992. “Memória e Identidade Social” in: **Estudos Históricos**, vol.5, n.10, Rio de Janeiro, pp 200-212.

PORTELLI, Alessandro. 1991. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. New York: State University of New York.

PRIORI, Ângelo Aparecido. 2000. **A Revolta Camponesa de Porecatu: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis.

QUEIROZ, Maria Isaura P. 2009 [1963]. “Uma categoria rural esquecida” in: WELCH, Clifford A. et alli (org). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações clássicas**. São Paulo/Brasília:UNESP/NEAD.

SOUZA, Roberto Martins de. 2009. “Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná” in: ALMEIDA, Alfredo Wagner B., SOUZA, Roberto M. de. 2009. **Terra de Faxinais**. Manaus: UEA.

VELHO, Otávio.1995. O Cativo da Besta-Fera in: **Besta-Fera. Recriação do Mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará

WOORTMANN, Klass. 1990. “ “Com Parente não se Neguceia”. O Campesinato como Ordem Moral” in: **Anuário Antropológico 87**. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro.